

PET no HABEAS CORPUS Nº 500.967 - AC (2019/0087045-2)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
REQUERENTE : LUIZ LIRA DE SOUZA (PRESO)
ADVOGADO : PATRICH LEITE DE CARVALHO - AC003259
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ACRE
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE

DECISÃO

Cuida-se de petição em que pleiteia o paciente, ora requerente, o reexame do pedido liminar formulado, tendo em vista que o seu julgamento, a ser realizado pelo Tribunal do Júri, foi designado para o dia 13/6/2019.

Afirma o requerente que "eventual condenação geraria vários efeitos de difícil reparação, pois ao submetê-lo ao julgamento, o conselho decidirá conforme as convicções de cada jurado, já que estes não detêm técnicas jurídica. Assim, salvo melhor juízo, a suspensão da audiência até decisão de mérito do presente remédio Constitucional, parece o melhor caminho" (e-STJ fl. 94).

É o relatório.

Em que pese o esforço da diligente defesa, não vislumbro, com a clarividência necessária para o acolhimento do requerimento de urgência – consistente no sobrestamento do julgamento a ser realizado perante o Tribunal do Júri –, a plausibilidade do direito vindicado, visto que, consoante destacado na decisão anterior que negou o pedido emergencial (e-STJ fls. 42/46), não me parece, ao menos num juízo perfunctório, que o Tribunal de origem pronunciou o paciente, ora requerente, tão somente com fulcro no princípio do *in dubio pro societate*. Ao contrário, concluiu o Tribunal *a quo*, ainda que por maioria, existirem indícios suficientes de autoria para a pronúncia do paciente. Confira-se (e-STJ fls. 33/37, grifei).

Examinando os autos, verifico que há provas suficientes para a pronúncia do apelado.

Colho da audiência de instrução as seguintes declarações do Delegado Karlesso Nespoli Rodrigues:

"(...) O principal elemento que eu consegui foi à oitiva que eu tive com a pessoa que entrou aqui que é "Zulu", não me recordo o nome dele, na delegacia eu até gravei, ele após certo tempo, quase duas horas de conversa com ele, numa entrevista, nós

conseguimos que ele dissesse, testemunhasse que realmente no dia, pouco antes do fato, teve uma confusão dentro da dela, que ambos estava presos, foi uma confusão generalizada dentro da penitenciária em que Lira e esse "Zulu" tinham sido agredidos meio brutalmente pelos agentes penitenciários aí eu não sei se é legítima defesa ou não. Ele também testemunhou para mim que ele ficou com muita raiva e que iria matar o agente penitenciário Roney. Isso foi provado por documentos que realmente houve uma confusão e que eles estiveram lá. Ele também me disse uma situação muito importante foi que quando, após a morte num período mais ou menos da tarde no dia do crime ele teria ligado na penitenciária informando a "Zulu", confirmando que teria feito o crime. Diante disso foi pedido aqui ao Juiz a quebra de sigilo telefônico das erbs, das torres, das imediações das torres que circundam ali o presídio Francisco de Oliveira Conde. E para nossa surpresa foi constatado que tem um telefone que, naquelas imediações, obviamente não é exato porque é amplo, teria recebido realmente por volta de salvo engano, das horas da tarde, não me recordo direito, uma ligação de um telefone. Ao verificar esse telefone no sistema do GETRAN, nós vimos que o telefone que efetuou a ligação para aquele telefone que estaria nas imediações do presídio seria o telefone de Luiz Lira, foi um telefone que ele forneceu quando ele tirou habilitação ao DETRAN, inclusive tem isso também nos autos. Diante desse testemunho e dessa constatação ficou muito mais forte a prova".

Transcrevo ainda as declarações prestadas pela testemunha Júlio Ferreira Rodrigues Júnior, em audiência realizada na Vara de Execuções Penais:

(...) Nós tava lá no Pavilhão A. (...) Os agentes estavam batendo num cara lá no banho de sol, aí nós começamos a bater grade. Eles chegaram lá e disseram que iam mandar nós para o corretivo. Tiraram nos do pavilhão e levaram nós para o corretivo da frente que é lá na direção. Todo mundo bateu grade, o pavilhão todo. Escolheram nós e disseram que eu e o Lira eramos os líderes do presídio. Eram uns cinco agentes. O Rodney saiu do Amaro e veio buscarmos lá para a penal. (...) Disseram assim "você são os cãozão né lá da penal". Eu disse que ninguém é cão não, nós somos presos, nós somos seres humanos. Ele disse "cala tua boca" (...) Ele meteu a mão no meu pé de ouvido. (...) O Lira falou assim "Ei rapaz não bate". O Lira é letrado. Cobriram o Lira na peia. (...) Quando cheguei o Lira estava no chão, com a cabeça toda ensanguentada e nú, a bunda chega tava roxa de tanta peia. O Rodney Vital que morreu, chegou e começou a me enforcar, e falou assim "esse nego é tão ruim que nem desmaiar ele não desmaia" (...). O Lira disse "Ei Zulu, não se preocupa não negão que eu não vou te abandonar não". Começaram a bater no Lira de novo. A a última voz que eu escutei foi a voz do Lira, o Lira falou assim "rapaz pelo amor de Deus não me bate mais não que eu não aguento mais peia não". (...) Me levaram para uma cela me deixaram nu na cela. Só me tiraram de lá porque os outros presos começaram a bater também, os presos que estavam no RDD, aí eu fui para o RDD. (...) Aí quando chegou na enfermeira eu falei para a Dra. Aline (...) que tinha um rapaz preso lá na RDD que tá pra morrer e se não cuidar dele vai pegar uma infecção na cabeça dele. Mandaram chamar ele. Ela foi lá na direção, falou com o Diretor aí o diretor deixou nós voltar

para o Amaro mais não. Quando voltamos para o prédio, aí o Hudson e outros agentes foram lá. Disse "ei Lira, quer dizer que tu anda dizendo que no dia que tu sair vai matar a gente né" (...). Estávamos eu e o Lira. (...) O Lira ligou só falou "ei Zulu, se preocupa não negão aquele negócio lá deu nada pra mim não nem vai dar não, mas não se preocupa que eu vou te dar uma força aí". (...) Ele falou que lá na enfermaria que ia matar o agente. Ele disse "ei Zulu pode passar dez anos vinte anos nem que eu morra não tenha dinheiro nem pra comprar meu caixão, mas no dia que eu sair eu vou mandar matar esse agente". Após a morte do agente ele ligou pra mim e disse "ei Zulu eu disse que "já era doido". Eu disse que vi na televisão, então tá pego então. O agente foi morto quando o Lira estava na rua. Ele mesmo não matou, mas mandou. (...) Que não está mentido. (...) O Lira ficou com raiva do Roney. (...) Depois de uns vinte dias o Lira foi pra rua. (...) Que o Lira ligou para dizer que "já era" (...) Que tem medo que tirem sua vida no presídio. (...) Sabe que essas declarações são pesadas. (...).

Quando foi feita a quebra do sigilo telefônico das torres ERB que circundam o presídio Francisco de Oliveira Conde, conseguiu-se descobrir que houve a ligação referida por Júlio Ferreira Rodrigues, no dia 18 de abril de 2010, às 14:05 horas. Essa ligação foi feita do telefone 68 9283-6712 para o número 68 9209-0072, cadastrado em nome de Avany Tavares de Souza. O número 68 9283-6712 era utilizado pelo apelado Luiz Lira de Souza, conforme informações extraídas do sistema DETRAN e que foram prestadas por ele mesmo, quando do cadastramento de licença para dirigir.

A Decisão de pronúncia exige que o Julgador se convença da existência do crime e que haja indícios suficientes de que o acusado o tenha cometido ou dele participado.

No presente caso, as provas orais são suficientes para demonstrar que o apelado concorreu para a prática do crime de homicídio qualificado. Nesse sentido: [...]

Tem-se, portanto, que os fatos narrados na Denúncia foram comprovados durante a instrução do feito, sendo a prova produzida suficiente para submeter o apelado a julgamento perante o Tribunal do Júri.

Frente a essas considerações dou provimento ao Recurso para pronunciar o apelado Luiz Lira de Souza, pela prática do crime previstos nos artigos 121, § 2º, incisos I e IV, na forma do artigo 29, caput, do Código Penal.

Assim, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, sem o que não há como verificar o alegado constrangimento ilegal.

Ante o exposto, **indefiro o pedido.**

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2689 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 12 de Junho de 2019 Publicação: Quinta-feira, 13 de Junho de 2019

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 12 de junho de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator

